

A DEMOCRACIA É A ÚNICA SAÍDA PARA A CRISE

RESOLUÇÃO POLÍTICA DA MESA NACIONAL 10/5/2015



1. Portugal tem estado sob ataque. Os anos de austeridade mudaram radicalmente o país. Hoje, temos menos emprego, capacidade produtiva, Estado Social e democracia. Para defender o país é necessária uma estratégia alternativa à austeridade que permita reconstruir o que foi destruído.

2. A austeridade foi apresentada à população como o remédio amargo para uma solução para o país: seriam pedidos sacrifícios em nome do desendividamento do país e da criação de uma nova e mais forte economia.

3. Esse “remédio” assenta em 4 eixos: liberalização de todos os mercados (incluindo, desde logo, desregulação do trabalho), redução da fiscalidade e dos custos do trabalho para as empresas, corte nos serviços públicos e privatizações.

4. Quatro anos depois da troika e cinco anos depois do primeiro PEC, os resultados da austeridade foram uma tripla transferência de rendimentos: do trabalho para o capital, do país para o estrangeiro, dos serviços públicos para rendas privadas.

5. Estes anos foram sempre de aumento da dívida pública e degradação da economia. Foram destruídos meio milhão de postos de trabalho, mais de 300 mil pessoas em idade ativa saíram do país. A riqueza produzida caiu para níveis do início do século.

6. Não há “apenas” menos emprego: o emprego que existe nunca foi tão precário, mal pago e sem direitos. A austeridade e a desregulação laboral transportaram o século XIX para o XXI. Simultaneamente, a diminuição, sem antecedentes, das políticas públicas de combate à pobreza, trocadas pelo financiamento público de lógicas caritativas, resultou no abrupto crescimento de todos os indicadores de pobreza e exclusão.

7. A estas alterações correspondeu a degradação da democracia. Por um lado com a perda de soberania em consequência da ratificação do Tratado Orçamental, criando novos espartilhos institucionais ao nível europeu, e das privatizações, re-

tirando a capacidade de decisão sobre os setores estratégicos; por outro lado, com a limitação dos direitos sociais e políticos dos cidadãos, decorrentes do aumento da precariedade, das desigualdades e da exclusão social.

8. Para que Portugal não tenha mais décadas perdidas, temos de retirar lições dos anos da austeridade mas também dos anos da construção da democracia. Defender o país e reconstruir a democracia exige uma estratégia no avesso da austeridade, herdeira dos melhores exemplos da capacidade democrática para a criação de emprego, crescimento económico e desenvolvimento.

9. Quatro décadas de democracia portuguesa provam que o Estado Social é o primeiro motor de desenvolvimento, qualificação e combate à exclusão e desigualdades. Foi ele que permitiu superar atrasos históricos em poucas décadas.

10. Finalmente, defender o país exige assumir a responsabilidade e consequências da tomada de decisão em confronto com o quadro europeu vigente. Se no Conselho Europeu, como no Eurogrupo e na Comissão Europeia, manda o consenso alemão da austeridade, construir emprego e desenvolvimento em Portugal exige a desobediência.

11. Essa desobediência concretiza-se, em primeiro lugar, na renegociação da dívida pública e na rejeição do Tratado Orçamental e das suas metas. Portugal não precisa de mais espartilhos. Pelo contrário, precisa de investimento e de poder decidir. Essa é a escolha do Bloco para defender o país.

Assim, o Bloco de Esquerda inicia um processo alargado para a construção de um manifesto eleitoral alicerçado em 5 eixos fundamentais:

- A. Romper com a dívida; uma economia para a justiça social
- B. Trabalho; criar emprego e recuperar os direitos.
- C. Estado Social; motor de desenvolvimento.
- D. Democracia; transparência, direitos e justiça

E. Bens comuns; a reconstrução produtiva e ambiental do país.

Este manifesto contará com o contributo de especialistas e ativistas, de aderentes do Bloco de Esquerda e de todos os cidadãos e cidadãs que queiram participar neste processo.

No dia 30 de Maio, o Bloco de Esquerda apresentará as grandes linhas deste manifesto, nomeadamente as propostas relativas à reestruturação da dívida, política fiscal e sistema financeiro.

O debate público do manifesto eleitoral prosseguirá com debates locais e participação online aberta à sociedade e culminará em Conferência Nacional do Bloco de Esquerda, no dia 21 de Junho.

O processo de debate do programa será concluído na Mesa Nacional de 5 de Julho.